

91: UM CENSO PROBLEMÁTICO

Elza Berquó

A decisão inédita de adiar o censo demográfico de 1990 para 1991 esteve baseada no atraso com que o governo federal liberou ao IBGE a possibilidade de contratação de 180 mil pessoas, entre supervisores e recenseadores. Como se recorda, naquele momento o discurso oficial era o da não contratação de pessoal e de cortes consideráveis na máquina estatal. Sabia o IBGE que o referido atraso acabaria por reduzir o tempo necessário para a seleção e treinamento de seu pessoal de campo. Acabaria, por outro lado, por determinar que a coleta das informações se estendesse pelos meses de dezembro e janeiro, considerados atípicos, devido à mobilidade da população, decorrente das festas de fim de ano e do período das férias de verão. Em última análise, a decisão foi tomada no sentido de preservar a boa qualidade do censo e por isso este iria ter lugar um ano mais tarde.

A nosso ver fez muita falta, naquele momento, uma pressão positiva por parte do Executivo, dos meios de comunicação, da comunidade acadêmica e da sociedade em geral, sobre os órgãos competentes do poder central, para que as condições necessárias fossem garantidas, evitando assim o adiamento do censo. A julgar pelo rebatimento que à época o fato teve na mídia, poucas foram as manifestações de preocupação com a falta do perfil demográfico que o país apresentaria, após uma década de profundas transformações na sociedade brasileira. Em nível estadual e local não houve cobranças sobre a falta que fariam informações recentes para informarem planejamento social e econômico, satisfeitos que estavam governos e prefeituras com as projeções desatualizadas do próprio IBGE e que, de certa forma, favoreciam seus espaços políticos.

Exceção marcante veio da parte da comunidade de demógrafos brasileiros, conscientes da falta que lhes iria fazer seu instrumental básico de trabalho — os resultados do censo demográfico. Estes iriam permitir aferir a polêmica em torno das estimativas e projeções feitas na década e que apontavam para a continuidade da tendência de desaceleração do crescimento

populacional, ocasionada, em termos globais, fundamentalmente pela queda da fecundidade.

Resultados de PNADs realizadas durante os anos 80, juntamente com pesquisas mais localizadas, permitiram verificar que o país experimentara uma queda bastante acentuada em seu nível de fecundidade. A título de ilustração, em apenas quatro anos a contar de 1980, a taxa de fecundidade total passara de 4,35 para 3,53 filhos por mulher, ou seja, uma redução da ordem de 19%, de quase um filho, em média, por família. Este mesmo fenômeno ocorrera de norte a sul do país, presente também nas áreas rurais, com grande destaque para as regiões Centro-oeste e Nordeste, onde este declínio chegou a atingir 25% e 20%, respectivamente.

Havia razões para inferir que este marcante descenso da fecundidade deveria continuar, levando-se em conta a alta prevalência de mulheres esterilizadas no país e o fato da recentidade dessas esterilizações. Não só escreveu-se muito sobre o tema, como estes resultados, acrescidos de denúncias por parte de mulheres, inspiraram Comissões Parlamentares de Inquérito sobre Esterilização Feminina que foram sendo instaladas em diversas unidades da federação, principalmente nos dois últimos anos. Também no que se refere à migração interna, diversos estudos já vinham sinalizando alterações no fluxo durante a década.

Daí porque os resultados preliminares do censo de 1991, no que se refere a tendências, não surpreenderam os demógrafos. Mas isto não quer dizer, em absoluto, que já se considere este último censo como de boa qualidade. Nos parece prematuro julgá-lo bom ou ruim com as informações até agora disponíveis, e que nada mais são do que totais populacionais. O próprio IBGE tem consciência de que o fechamento em 146.154.502 habitantes para o país em 1º de setembro de 1991 está sujeito a erro de cobertura, quantificável apenas após sua pesquisa de avaliação. Somente o conhecimento da estrutura da população por sexo e idade, em níveis mais desagregados, permitirá avaliar possíveis inconsistências quanto à qualidade da informação coletada. Mas mesmo a divulgação destes simples resultados está prevista somente para junho deste ano. E apenas em princípios de 1993 deverão estar disponíveis os dados oriundos do questionário da amostra (aplicado a 10% dos domicílios em municípios com mais de 15 mil habitantes e a 20% no caso de municípios menores), os quais permitem conhecer, em nível municipal, os valores das variáveis demográficas básicas, ou seja, fecundidade, mortalidade, nupcialidade e migração, bem como seus diferenciais por situação urbana/rural, raça, instrução, renda e ocupação.

Portanto, tudo o mais são elucubrações, umas contra e outras a favor. Levando-se em conta, entretanto, o clima nacional prevalecente quando da realização do censo 91, nós o vemos como um censo problemático.

A crise recessiva, os crescentes índices de violência, a falta de divulgação adequada através da mídia e, sobretudo, a falta de credibilidade do governo podem ter atuado no sentido de comprometer a cobertura censitária e a qualidade das informações levantadas.

O censo 91 foi utilizado e retido como forma de garantia nas greves reivindicativas dos funcionários do IBGE, em vários momentos da operação

censitária. A mais longa, de dois meses, antes do início da operação, produziu atrasos importantes na etapa de treinamento dos recenseadores, o que, em muitos casos, encurtou significativamente o período necessário. Outras, surgidas durante a coleta propriamente dita, foram surgindo ao longo do território nacional, levando, às vezes, à dispensa de entrevistadores e ao treinamento apressado de novas equipes. A última greve, iniciada em 17 de novembro e que durou todo um mês, afetou sobretudo parte da coleta em São Paulo, Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Em suma, aquilo que tanto se quis evitar em 90 acabou acontecendo em 91, ou seja, parte da população foi procurada em período considerado atípico, isto é, em dezembro e janeiro, o que explicou a alta incidência de domicílios fechados!

A campanha publicitária do censo, principalmente a televisiva, não foi delineada de maneira a atingir a grande massa populacional. Não só não se sabia o que era e para que servia um censo como, em se sabendo, não houve informação suficiente sobre o conteúdo do questionário básico (universal), em contraposição ao do formulário da amostra.

As empresas de publicidade deixaram passar em branco um elemento que teria sido decisivo para garantir maior envolvimento das prefeituras na campanha de esclarecimento do censo: o Fundo de Participação dos Municípios.

O temor de abrir sua porta para um desconhecido, até que se provasse o contrário, foi um dos responsáveis pela taxa de recusas.

Mas o que pesou bastante para a falta de cooperação por parte da população, tanto em receber o entrevistador quanto em dar informações, foi a associação do censo com o governo federal. O grau de desconfiança reinante no país, dada a reduzida credibilidade do governo Collor, certamente influenciou a cobertura e qualidade deste último recenseamento. Aliás, acredito que qualquer operação de caráter nacional que fosse levada a campo, no mesmo período, seria vítima de dificuldades semelhantes.

Faltou ao povo brasileiro, e com carradas de razão — vivendo em clima poluído de incertezas e perplexidades —, vontade política para colaborar com o governo.

Elza Berquó é pesquisadora do Cebap e do Núcleo de Estudos de População da Unicamp. Já publicou nesta revista "Demografia da Desigualdade" (Nº 21).

Novos Estudos
CEBRAP
Nº 32, março 1992
pp. 3-5
